



Anais da Assembléia

Nº 22

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE MARÇO DE 1992

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1992
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Hermas Brandão, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Prefs, Oswaldo Trevisan, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni e Severino Félix (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Dobrandino da Silva, Doutor Rosinha, José Alves, José Arthur Ritti, Neivo Beraldin, Nilton César, Ovídio Constantino, Renato Adur e Toti Colaço (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Eu peço gentilmente a Sua Excelência e à egrêgia Assembléia que me seja facultada a ausência nesta Sessão, porque vou a uma entrevista coletiva agora apresentar à imprensa da Capital o Programa das comemorações do Ano 300 da Cidade de Curitiba, e como o horário das redações pede este horário da Sessão, vou fazê-lo agora.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta

Presidência concede ao Deputado Rafael Greca a dispensa da Sessão, por se tratar de um ato de extrema relevância.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria registrar a presença no Plenário do nosso companheiro, ex-Prefeito e ex-Vereador de Umuarama, Senhor Jorge Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está devidamente registrado. Nós o recebemos com muita satisfação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 290

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 25.03.92

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 289

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Especial de Revisão Tributária, na forma prevista pelos artigos 34 a 40 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, para exame da matéria relativa ao dimensionamento dos critérios de partilha do ICMS aos Municípios, visando o acompanhamento da revisão tributária a nível federal, composta de 05 membros.

Sala das Sessões, em 25.03.92

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A relevância da matéria está em seus próprios objetivos, que são:

1) Definição dos critérios de partilha do

- ICMS aos Municípios, em face dos dados do último censo;
- 2) Acompanhamento da revisão tributária a nível federal;
 - 3) Estudo da proposta de equalização da alíquota de ICMS entre os Estados;
 - 4) Alteração de estrutura ou extinção do CONFAZ;
 - 5) Limites da carga tributária; e
 - 6) Outros assuntos atinentes a revisão tributária.

Sugere, desde logo, como roteiro da Comissão Especial de Revisão Tributária, o seguinte:

- a) Instalação da Comissão, com a presença de convidados especiais vinculados a área tributária, a nível estadual e federal, integrantes do Legislativo e do Executivo;
- b) Coleta de dados relativos aos Municípios, resultantes do último recenseamento;
- c) Tomada de depoimento de especialistas em matéria tributária e de entidades representativas das classes produtoras e contribuintes em geral;
- d) Visita ao Congresso Nacional e aos setores do Executivo, encarregados da revisão tributária federal; acompanhamento destes trabalhos e coleta de dados;
- e) Debate sobre a convivência da implantação da alíquota única para ICMS; e
- f) Conclusões substanciadas no relatório.

Ante o exposto, solicita-se que seja o pedido submetido à autorização do Plenário e espera-se o apoio dos nobres pares.

REQUERIMENTO Nº 291

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja o presente encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para que o egrégio oficialize aos Cartórios, para que estes forneçam levantamento de todas as procurações que constam o nome da DUPLICRED - FOMENTO MERCANTIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.03.92

(a) NILTON CESAR

REQUERIMENTO Nº 287

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o registro de um voto de congratulações e regozijo pelo cinquentenário de sacerdócio do Arcebispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, que transcorre neste domingo, 29.

Sala das Sessões, em 25.03.92.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

Tem sido intensa e profícua a vida re-

ligiosa e comunitária de Dom Jaime Luiz Coelho, Arcebispo de Maringá, a bela cidade do Norte do Estado. Foi o primeiro Bispo e o primeiro Arcebispo local. Fundou a primeira escola superior local, a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, semente da Universidade de Maringá (UEM). Foi o primeiro diretor-presidente da TV Cultura, hoje pertencente à Rede Globo.

A Catedral de Maringá, atualmente Basílica Menor, verdadeiro cartão postal da cidade, foi uma das grandes obras de Dom Jaime. Com 124 metros de altura, é uma construção extremamente original.

Ao ser nomeado, em 1957, a Catedral de Maringá era apenas uma construção de madeira, as linhas do novo templo foram inspiradas no formato da espaçonave "Sputnik", lançada no espaço na época, e foram passadas por Dom Jaime ao arquiteto paulista Augusto Belutti, que desenvolveu a idéia, resultando na Basílica, que é hoje um orgulho daquela região.

Por iniciativa de Dom Jaime, o Papa Paulo VI desmembrou de Maringá a Diocese de Paranavaí. Dom Jaime também iniciou o Seminário Menor e o Seminário Maior de Maringá, o Centro de Formação, a Cúria Metropolitana, a residência episcopal e grande número de obras sociais, como a Creche Santa Luíza de Marillac e o Lar dos Velhinhos. Criou ainda, numerosas paróquias e ordenou centenas de sacerdotes.

Com o cinquentenário do presbiterato, Dom Jaime comemora também seus 35 anos como Bispo, 12 anos como Arcebispo, seus 75 anos de idade e os 35 anos de instalação canônica da Diocese de Maringá.

Por todos estes jubilosos motivos, a comunidade paranaense está em festa, comemorando com a alegria que domina Maringá, e esta Assembléia Legislativa não poderia ficar alheia a essas expressivas comemorações, motivo pelo qual se espera a aprovação deste voto.

REQUERIMENTO Nº 288

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário Nacional de Saneamento do Ministério da Infra-Estrutura, Engenheiro PAULO BEZERRIL, solicitando a agilização e aprovação do edital das obras do esgoto sanitário do município de Rolândia - PR, com recursos já aprovados no programa PROSSEGE.

Sala das Sessões, em 25.03.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

O envio do expediente ora solicitado, prende-se a uma preocupação atualmente prioritária, que se refere ao vibrião do

côlera, que grassa em diversos pontos do País, principalmente em locais cuja estrutura sanitária encontra-se carente de maior desenvolvimento.

Entendemos que os órgãos da Administração Pública, cuja atividade tenha ligação estreita com tal assunto, devem dispor de sensibilidade e dinâmica suficiente para o enfrentamento do problema, a fim de eximir a coletividade de situações prejudiciais.

REQUERIMENTO Nº 292

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor MARIO PEREIRA, digníssimo Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam determinados estudos para a pavimentação asfáltica da estrada que liga os municípios de Maria Helena à Douradina, passando por Alto Alegre e o distrito de Carboneira.

Sala das Sessões, em 25.03.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O trecho em tela, em período de chuva, é intransitável e quando há seca, a poeira é terrível ao trânsito.

Dessa via dependem centenas de pessoas que moram ao longo da rodovia, pequenos proprietários e famílias moradoras antigas dos distritos citados. Transitam também ônibus de linha e de estudantes, levando e trazendo pessoas entre Tapira, Loanda e Douradina, principalmente.

São cerca de 18 km de areia de arenito do caiua, que formam verdadeiras crateras no processo erosivo quando há o escoamento das águas de chuva.

REQUERIMENTO Nº 293

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor OSNI RIBAS ALVES, digníssimo Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA/Regional Paraná, no sentido de que sejam liberados recursos financeiros e/ou materiais, para a construção de uma creche no Jardim São Caetano, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 25.03.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município de Umuarama, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente a nível de sede e de seus distritos administrativos.

Através de sua Secretaria de Bem-Estar Social, a Prefeitura coloca-se neste pro-

cesso como instrumentalizadora das iniciativas da comunidade e, em particular, no que se refere às creches, não se por entender que o menor necessita de um local para ser atendido em suas necessidades básicas, mas também que creche é um direito da mulher trabalhadora.

Porém, compreende-se também que o acesso ao trabalho é a questão principal, para toda a ação que busca a promoção.

Nada mais justo, portanto, que num município onde se vem buscando a industrialização, o mesmo coloque à disposição da comunidade trabalhadora, uma rede de serviços básicos, como é considerada a creche.

O município conta hoje com 15 creches, sendo 8 na sede e 7 nos distritos. Junto a estas, desenvolve-se um trabalho de assessoria técnica e financeira, ou seja, subvenciona-se financeiramente e ao mesmo tempo tenta assegurar a qualidade do trabalho junto a seus funcionários e diretoria.

No entanto, apesar desta, existem áreas ainda descobertas por esse tipo de serviço, nas quais a comunidade organizada reivindica. Portanto, Umuarama necessita hoje, de mais creches para atender a demanda atual.

Os objetivos, dentre outros, são:

- 1 - ampliar o quadro de creches existentes no município, gerando mais vagas para o atendimento ao menor;
- 2 - dotar áreas desprovidas, cuja necessidade é emergente, com o serviço de creche;
- 3 - qualificar o atendimento ao menor, nestas instituições;
- 4 - possibilitar à mãe o trabalho remunerado e conseqüente aumento na renda familiar;
- 5 - atender às reivindicações da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial ao Excelentíssimo Senhor Osni Ribas Alves, digníssimo Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA/Regional Paraná, no sentido de que sejam liberados recursos financeiros e/ou materiais, para a construção de uma creche no distrito de Ivaté, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 25.03.92

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Umuarama, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente a nível de sede e de seus distritos administrativos.

Através de sua Secretaria de Bem-Estar Social, a Prefeitura coloca-se neste processo, como instrumentalizadora das iniciativas da comunidade e, em particular, no que se refere a creches, não só por entender que o menor necessita de um local para ser atendido em suas necessidades básicas, mas que creche é um direito da mulher trabalhadora. Porém, compreende-se também que o acesso ao trabalho é a questão principal, em toda a ação que busque a promoção social.

Nada mais justo, portanto, que num município onde se vem buscando a industrialização, o mesmo coloque à disposição da comunidade trabalhadora uma rede de serviços básicos, como é considerada a creche.

O Município conta hoje com 15 creches distribuídas, sendo 8 na sede e 7 nos distritos. Junto a estas desenvolve-se um trabalho de assessoria técnica e financeira, ou seja, subvenciona-se financeiramente e ao mesmo tempo tenta assegurar a qualidade do trabalho junto a seus funcionários e diretoria. No entanto, apesar desta, existem áreas ainda descobertas por esse tipo de serviço, nas quais a comunidade organizada reivindica. Portanto, Umuarama necessita hoje, de mais creches para atender a demanda atual.

Os objetivos, dentre outros são:

- 1) Ampliar o quadro de creches existentes no Município, gerando mais vagas para o atendimento do menor;
- 2) Dotar áreas desprovidas, cuja necessidade é emergente, com o serviço de creche;
- 3) Qualificar o atendimento ao menor, nestas instituições;
- 4) Possibilitar à mãe, o trabalho remunerado e conseqüente aumento na renda familiar;
- 5) atender as reivindicações da comunidade.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 072/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a fixar novas linhas de limites entre os Municípios de Araucária e Contenda, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 12, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal.

Art. 2º - A presente Lei obedecerá os ditames do acordo celebrado entre os Municípios de Araucária e Contenda, consubstanciado no Decreto Legislativo nº 08, de 21 de agosto de 1991, da Câmara Municipal de Araucária e Lei nº 555, de 26 de julho de 1991, do Município de Contenda, publicados no Diário Oficial do Estado do

Paraná, respectivamente, em datas de 27 de agosto de 1991 e 12 de agosto de 1991, referendadas pelo termo de acordo publicado em 03 de outubro de 1991.

Art. 3º - A fixação das novas linhas de limites compreenderá a seguinte descrição:

"Do ponto fronteiro à cabeceira do Rio Caí, no espigão divisor entre os Rios Iguaçu, e da Várzea, segue pela cumiada deste divisor até defrontar com a cabeceira do Ribeirão da Gralha, alcançando esta, desce por este Ribeirão e depois pelo Rio das Onças, até a estrada de rodagem Araucária - Lapa, segue por esta estrada até o ponto onde encontra com a nascente do Arroio do Gurski, desce por este até a sua foz no Rio Isabel Alves, pelo qual desce até a sua Foz no Rio Iguaçu, e por essa abaixo até a Foz de um afluente entre a jusante do Rio Isabel Alves."

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.92

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

A fixação das novas linhas limítrofes, consoante o determinado pelas Leis Municipais citadas no corpo do dispositivo legal que apresentamos consolidadas pelo acordo celebrado pelas municipalidades interessadas, apresenta-se justa em todos os seus aspectos, vindo a propiciar ao Município de Contenda e a regularização de seus limites, dado que a parte urbana de um está adentrando ao município de outro.

Na elaboração das novas linhas procurou-se seguir a sistemática vigente, consubstanciada na Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, para facilitar os trabalhos a serem efetivados por esta Assembléia Legislativa.

A previsão legislativa para a solução deste acordo efetivando entre ambos os municípios decorre do Parágrafo 2º, do Artigo 12, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

As Leis Municipais e o Termo de acordo assinado entre os Municípios, partes efetivamente interessadas na elaboração desta Lei Estadual, estão a dispensar maiores comentários de justificação para a aprovação e sanção da presente proposta, a qual solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos, no Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

de de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 06, de 24.02.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 026/92

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Colombino Grassano, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública o "S.O.S. de Arapongas", com sede e foro no município de Arapongas.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Da mesma forma, atendendo as especificações contidas na Lei n° 6.994, a qual dispõe sobre os requisitos necessários à declaração de Utilidade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental e legal, manifesto-me favoravelmente à tramitação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 035/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que declara de Utilidade Pública o Instituto Theodoro Ratisbonne de Castro, com sede e foro no município de Castro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 11, de 09.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 035/92

PARECER:

O Projeto de Lei n° 035/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, ora examinado por esta Comissão, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Instituto Theodoro Ratisbonne, com sede e foro no Município de Castro.

Constatamos que o Projeto encontra-se devidamente instituído com a documentação exigida pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, estando portanto de pleno acordo com a legislação vigente, não havendo nada que impeça a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões em 17.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
OVIDIO CONSTANTINO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 037/92, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro em Guaraniãçu.

Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 11, de 09.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 037/92

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Dobrandino da Silva, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e a Infância", com sede e foro em Guaraniãçu.

O Projeto está elaborado em conformidade com os dispositivos regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Da mesma forma, atende-se as especificações contidas na Lei n° 6.994, que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental e legal, manifesto-me favoravelmente à tramitação do presente.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 040/92, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede e foro no município de Santa Terezinha de Itaipu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 11, de 09.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 040/92

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Dobrandino da Silva, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública a "Sociedade Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu", com sede e foro no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

O projeto está elaborado em conformidade com os dispositivos regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Da mesma forma, atende-se as especificações contidas na Lei n° 6.994, que dispõe acerca dos requisitos necessários para declaração de Utilidade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental e legal, manifesto-me favoravelmente à tramitação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator.

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. Necessita-se de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 005/87, de autoria do Deputado Nelson Guimarães Vasconcelos, que cria o município de Perobal, com área desmembrada do município de Umuarama, e divisas que especifica Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., ao Substitutivo Geral de Plenário. Aprovado o Substitutivo Geral de Plenário.

Com o voto contrário da Bancada do PT e Deputado Paulo Maia.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 003/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/92, autoriza o Poder Executivo a doar ao Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Curitiba, o imóvel de propriedade do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e COPTec, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 042/91, de autoria do Deputado Nelson Garcia e outros, autoriza a realização do plebiscito na área descrita, no município de Pêrola, para que a população decida sobre a criação do município de Esperança Nova, desmembrando-o do município de Pêrola, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 059/91, de autoria do Deputado Toti Colaço, altera a redação da Resolução nº 061/90, que autoriza a realização de Plebiscito no município de Irati, sobre a criação do município de Gonçalves Júnior. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 083/91, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, autoriza a realização do plebiscito, na área que especifica, para a criação do município de Rio Novo, desmembrado do município de Reserva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 002/92, de autoria da Comissão de Tomada de Contas ex-Proposição nº 027/92, aprova as contas da aplicação de Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, com o voto contrário da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) - Registra-se voto contrário da Bancada do PT.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 574/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que denomina a Escola Estadual Rural do Rio das Pedras de Donato Pereira Alves. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.E.C.E., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. nº 162 de 04.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 574/91

PARECER:

O Plano de Lei em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado Lourenço Fregonese, tem por finalidade, denominar a Escola Estadual do Rio das Pedras de Donato Pereira Alves.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da presente Proposição, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa pelos competentes órgãos desta Casa de Leis, estando o Projeto de Lei em perfeitas condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Assembléia Legislativa.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu PARECER FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Plano de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
ROSSONI - Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 574/91

PARECER:

O Plano de Lei em análise, com iniciativa do Deputado Lourenço Fregonese, tem por finalidade, denominar a Escola Estadual Rural do Rio das Pedras de Donato Pereira Alves.

O presente projeto mereceu a aprovação pela Douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

No âmbito desta Comissão, somos FAVORÁVEIS à APROVAÇÃO deste, pelos motivos expostos pelo autor.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.03.92

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente;
BÁSILIO ZANUSSO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 026/92, de autoria do Deputado Colombino Grassano, que declara de Utilidade Pública o S.O.S. de Arapongas, com o foro na cidade.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu gostaria de saber, com relação ao Projeto 83/85, o qual sofreu a terceira discussão e votação. Ele ficou isento de redação final ou o que é que aconteceu, por favor.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Está na Comissão de Redação Final para voltar ao Plenário na Sessão, provavelmente, de amanhã.

O SR. NILTON BARBOSA - Eu gostaria, então, que V.Exa. pedisse a inclusão na pauta de amanhã.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Vamos verificar, dentro das condições técnicas do Projeto, ao retornar à Sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 290, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 288, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 287, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 292 a 294, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. - Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 291, de autoria do Sr. Deputado Nilton César, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 289, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. - Em votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu gostaria de registrar nos Anais desta Casa e parabenizar Vossa Excelência pela forma digna que representou a Presidência desta Casa quando a Assembléia Legislativa se instalou na cidade de Maringá. Vossa Excelência demonstrou competência e, acima de tudo, defendeu o nosso Parlamento. Acho que esse é o caminho, não só de Vossa Excelência, mas de todos.

Os Srs. Deputados que aqui têm assento, são a valorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parabenizo a Vossa Excelência. Quero também agradecer a presença dos Deputados que lá estiveram prestigiando a Assembléia Legislativa do Estado. E quero agradecer em nome do ex-Deputado Nelson Vasconcellos

e aos Srs. Deputados que votaram favoravelmente ao Projeto de Lei nº 05/87, criando o Município de Perobal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Muito obrigado, Deputado Dirceu Manfrinato. A Assembléia Legislativa esteve instalada no último domingo, na cidade de Maringá, quando foi feita a entrega do Título de Cidadão Honorário ao Pastor José Macedo, numa sessão bastante concorrida. Lá tivemos a presença dos Deputados Dirceu Manfrinato, João Iensen, Deputado Federal José Felinto, que prestigiaram aquele acontecimento.

Na condição de Presidente, procuramos mostrar à platéia presente, o trabalho que é feito nesta Casa, com muita responsabilidade e muita dignidade, que nem sempre é bem compreendido pela população, por estarem um tanto quanto distantes da Assembléia. Daí porque iremos pensar no ano que vem, na possibilidade de fazer com que a Assembléia vá para o interior do Estado.

Neste sentido, há um projeto meu, nesta Casa, que deve passar pelas Comissões, dando a possibilidade ao interior do Paraná para conhecer melhor os Parlamentares, e que os próprios Parlamentares conheçam outras regiões que são as suas regiões eleitorais. Daí o porquê da nossa tomada de posição, no último domingo, na cidade de Maringá.

Concedo a palavra ao Deputado João Preis.

O SR. JOÃO PREIS - Sr. Presidente, nós gostaríamos de endossar as palavras do Deputado Dirceu Manfrinato, e queríamos agradecer ao Presidente Anibal Khury, por ter liberado a transferência da Assembléia Legislativa para a cidade de Maringá, o que foi uma verdadeira data histórica.

E quis Deus que fosse presidida por Vossa Excelência, Deputado Algaci Túlio, porque Vossa Excelência, mesmo sendo Deputado da Capital, entrou aqui com um projeto de lei onde pretende levar a interiorização da Assembléia Legislativa, justamente levando-a mais perto do povo.

A repercussão que houve em Maringá e nas cidades vizinhas que participaram do evento talvez tenha sido um dos momentos mais lindos que Maringá já presenciou, a entrega do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Pastor Macedo.

A repercussão que teve na imprensa, e de todas as pessoas que assistiram ao evento, foi maravilhosa. Os comentários foram os mais positivos possíveis.

Que sirva de exemplo, e que Vossa Excelência, Presidente, continue com seu projeto, que temos a certeza terá o apoio

de todos nós, em especial dos Srs. Deputados que nos foram prestigiar, que foi Vossa Excelência, Dirceu Manfrinato que veio do Mato Grosso do Sul especialmente para este evento, também o Deputado João Iensen e Deputado Federal Felinto, representando o Presidente da Câmara Federal, Ibsen Pinheiro.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, quero agradecer também ao Deputado Anibal Khury, Presidente desta Casa, pelo apoio que deu a Vossa Excelência e aos demais Deputados com este evento de Maringá. Quero também parabenizar o Cerimonial desta Casa, que demonstrou muita competência na organização deste evento, em Maringá. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço as manifestações dos Deputados João Preis e Dirceu Manfrinato, em nome da Mesa Executiva desta Assembléia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/92.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 083/85 e do Projeto de Resolução nº 084/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 574/91, 026, 035, 037 e 040/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 477/91, 009 e 072/92.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de março do ano de um mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência

do Deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Eurides Moura apresentou redação final aos seguintes processos: Projeto de Lei nº 271/86, Projeto de Lei nº 309/91, Projeto de Lei Complementar nº 381/91 e Projeto de Resolução nº 062/92, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Elisa Sotomaior Maruska - Secretária

Ato da Comissão de Processo Administrativo

EDITAL DE CHAMAMENTO

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 127/91, DA DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

CONSIDERANDO que, na ultimação da instrução, concluiu pela indicição do funcionário GETOLIO CANELA FAVARO como incurso nas sanções do art. 293, inciso V, letra "b", da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, estando sujeito à pena de demissão, por abandono de cargo;

CONSIDERANDO o desconhecimento do paradeiro do indiciado, para citação pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 320, e § 2º, da Lei 6.174, referida...

CITA e CHAMA GETOLIO CANELA FAVARO para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, facultada vista do processo, durante o prazo, no GABINETE DA PROCURADORIA (5º andar), fluindo o prazo a partir do 15º (décimo quinto) dia da publicação do presente EDITAL.

(a) JOSE RENATO DUARTE
Presidente da Comissão